

O PAI: UM ESTUDO SOBRE A BARBÁRIE CONTEMPORÂNEA

THE FATHER: A STUDY ABOUT CONTEMPORARY BARBARISM

Cristiane de Almeida Pacheco¹
Betty Bernardo Fuks²

Resumo

A proposta desse ensaio é refletir e pensar a barbárie no interior do atual estágio da civilização, tendo como pano de fundo a crise contemporânea de refugiados. Escolhemos como norte da pesquisa os desdobramentos da questão do Pai na teoria psicanalítica e a produção teórica de alguns pensadores de outros campos do conhecimento, com as quais é possível estabelecer diálogos interdisciplinares acerca da violência, crueldade e destruição dos laços sociais.

Palavras-chave: Pai, função paterna, laço social, barbárie.

Abstract

The purpose of this essay is to reflect and think about barbarism within the current stage of civilization, against the backdrop of the contemporary refugee crisis. We chose as the north of the research the developments of the question of the Father in psychoanalytic theory and the theoretical production of some thinkers from other fields of knowledge, with which it is possible to establish interdisciplinary dialogues about violence, cruelty and the destruction of social ties.

Keywords: Father, paternal function, social bond, barbarism.

¹ Psicóloga, psicanalista, Doutora em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasil. E-mail: cristianepacheco.psi@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8164-3555>

² Professora dos Programas de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (RJ). Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ). Psicanalista. Pesquisadora do Laboratório Latino Americano de Psicopatologia Fundamental. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Editora Responsável da revista on-line Trivium: estudos interdisciplinares. Universidade Veiga de Almeida – Rua Ibituruna 108 vila casa III – RJ, Brasil. E-mail: bettyfuks@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-5325-7382>

INTRODUÇÃO

Na manhã de 12 de setembro de 2015, o mundo acordou com a imagem de um menino sírio morto numa praia da Turquia. A foto, estampada na capa de jornais de diversos países, tornou-se o símbolo da crise migratória responsável pela morte de milhares de pessoas do Oriente Médio e da África que tentam chegar à Europa para escapar de guerras, de perseguições e da pobreza. Viralizado pela internet, o acontecimento deu destaque à gravidade da situação dos refugiados em plena contemporaneidade. Três anos depois, em 2018, a situação se apresentou, outra vez, de maneira dramática: em apenas um mês quase 700 pessoas haviam falecido no mar Mediterrâneo, diante da negativa dos governos italiano e libanês de bloquear acesso ao porto de barcos de resgate aos refugiados.

A resposta de outros governos europeus à problemática em pauta até hoje, início da segunda década do século XXI, é matizada pelo racismo e xenofobia. Isso se pode observar em discursos de governantes que defendem medidas extremas, que vão de prisão à deportação, contra refugiados e migrantes ilegais. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) a travessia pelos mares é perigosa, feita em embarcações precárias, geralmente superlotadas, durante a qual muitos morrem ou desaparecem. Muitos países europeus barram a entrada de imigrantes ilegais sob a justificativa de que a maioria desses estrangeiros que chega à Europa são migrantes e não refugiados, a diferença entre eles está no motivo pelo qual se deslocam de um lugar para o outro. Os refugiados se deslocam em busca de ajuda devido à guerra ou perseguição e os migrantes saem por vontade própria em busca de melhores condições de vida. Entretanto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) contesta esse tipo de argumento mostrando que oito em cada dez migrantes provêm de países em conflito ou sob regime de exceção, como Síria, Afeganistão, Iraque e Eritreia. Segundo esse órgão das Nações Unidas, o número de refugiados em todo o mundo bateu recordes em 2018, chegando a 70,8 milhões, o maior já registrado pela agência em sete décadas de atuação. A população de refugiados dobrou em apenas 20 anos e cresceu em 2,3 milhões de pessoas em relação a 2017. Uma população que se somada e concentrada em um único território superaria a França e seria o 20º país mais populoso do mundo.

Poderíamos evocar outros dados relativos à tragédia que recai sobre os sujeitos e famílias inteiras que se aventuram a procurar a vida como recurso para escapar da morte que os espera em seus próprios países. Porém, acreditamos que a morte por afogamento de uma criança e o genocídio de 700 pessoas em um mês, são acontecimentos que, por si só, bastam para denunciar a presença da barbárie num dos territórios mais civilizados do planeta: a Europa. Tais ocorrências remetem, de imediato, ao desastre inominável que significou os campos de extermínio durante a Segunda Guerra e à saga daqueles que, para fugir do regime nazista, encontraram a morte na chegada aos portos dos países que imediatamente os devolveram à Alemanha de Hitler. O que mais nos interessa ressaltar nesse início é a tese, defendida por vários autores, de que a barbárie não é algo externo à civilização, como se supunha até o advento da modernidade, mas uma parte que é orgânica, à serviço de romper os laços sociais que, paradoxalmente, sustentam ela própria (Birman, 2003; Rabinovitch, 2005; Mattei, 2002; Menegat, 2003).

DOS LAÇOS SOCIAIS

Sabe-se que Freud começou a construir uma teoria da cultura no *Projeto de uma psicologia científica*, de 1895, situando uma primeira dimensão do laço social na cena em que o recém-nascido estabelece com o Outro, o ser próximo (*Nebenmensch*), o primeiro outro capaz de atender seu grito, satisfazendo sua sede, frio e fome, livrando-o da morte. Um grito de socorro situado para além da expressividade de uma demanda corporal, pois trata-se também de um apelo de sentido à angústia e a impotência do desamparo original (*Hilflosigkeit*) que o pequeno homem experimenta em sua entrada no mundo.

A partir daí, o bebê começa a ser introduzido no reino da linguagem, sem a qual fica fora da cultura. Uma primeira interlocução é estabelecida entre ele e o ser próximo que é chamado a ocupar o lugar do Outro absoluto (*das Ding: a Coisa*), em geral a mãe. Ela significa e nomeia sua dor, incentiva-o a julgar e a reconhecer as excitações internas suscitadas pelas necessidades vitais - matriz insaciável do desprazer que o homem experimenta como objeto estrangeiro nele mesmo -, e a separá-las da fonte de excitações externas que fluem sobre si mesmo, o mundo externo. O termo com o qual Freud designa essa assistência vinda do Outro e que marca o *infans* como ser falante é *ajuda estrangeira*.

Entretanto, a psicanálise descortina um paradoxo: para o pequenino ser, o Outro é um desconhecido situado numa relação de extrema proximidade. Isto é, ao mesmo tempo em que é o primeiro objeto de satisfação, fonte da experiência mítica de prazer absoluto que o homem está condenado a tentar reproduzir posteriormente, primeiro objeto hostil, e presença estranha e ameaçadora que quebra a relação de indiferença que entretém com o mundo ao nascer, é percebido como única potência capaz de prestar socorro, aquele que acolhe e responde afetivamente a seu desconforto, ordenando suas manifestações pulsionais. Objeto ambíguo, porque polo de fascinação e repulsão, o Outro se constitui como *familiar-estrangeiro*.

O retorno à obra freudiana promovido por Jacques Lacan permite considerar que na relação da criança com o Outro, que lhe oferece os cuidados necessários e as leis da linguagem, um terceiro já está incluído, na medida em que é pela mediação deste que o primeiro laço social ocorre. Para o Outro, que é chamado a ocupar o lugar da Coisa, existe, desde sempre, uma alteridade que é a própria estrutura da linguagem. A linguagem impede que a mãe confunda a criança com um objeto que tampona a falta.

A segunda dimensão do laço social, na ordem cronológica dos escritos freudianos (cartas, ensaios, artigos, e as grandes obras nas quais se dedicou a pensar o sujeito e a cultura), é a família: lugar onde se estrutura o complexo de Édipo, particular a cada sujeito. É o que confirma a primeira alusão a tragédia grega Édipo Rei, descrita por Freud no Rascunho N, de 31 de maio de 1897a. Nesse documento, o futuro inventor da psicanálise confessa, ao seu amigo Fliess, ter percebido que “os impulsos hostis contra os pais (o desejo de que morram) são também um elemento integrante da neurose. Ao que parece, é como se esse desejo de morte se voltasse, nos filhos, contra o pai e, nas filhas, contra a mãe” (FREUD, 1897a/1986, p.251). Ao final do rascunho em questão, o autor destaca sua ideia de que “o incesto é antissocial e a cultura consiste na progressiva renúncia ao mesmo” (FREUD, 1897a/1986, p.251). Em tal afirmativa já está contida a tese principal do livro *Totem e Tabu* (Freud, 1913[1912-13]/2015).

Ainda em 1897b, numa outra carta a Fliess, datada de 15 de outubro, a *Carta 71*, Freud destaca a importância psicológica do mito de Édipo, a partir da análise de um de seus próprios sonhos, como sendo um ponto crucial na estruturação do sujeito.

Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas. . . . Se assim for podemos entender o poder de atração do *Oidipus Rex*, . . . a lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. Cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual. (Freud, 1897b/1986, p.273)

Nesse testemunho contundente encontra-se os primeiros passos que levaram Freud a aprofundar o processo de teorização do desejo incestuoso e a questão da dimensão da lei paterna na formação do sujeito. Na verdade, como ele próprio reconheceu, foi o impacto da morte de seu próprio pai, Jakob Freud, que o levou a revelar em 2 de novembro de 1896, numa outra carta a Fliess, o sonho que tivera no dia de sua morte em 23 de outubro de 1896, e a interpretar o significado do sonho: a culpa por não ter cumprido seu dever para com o morto. Retomando o mesmo sonho na *Interpretação dos Sonhos*, na seção C, do capítulo VI, intitulado *Os Meios de Representação nos Sonhos*, o autor chega à uma nova versão que relaciona o sentimento de culpa com o desejo infantil da morte do pai.

. . . a tristeza de um filho pela morte do pai não consegue suprimir sua satisfação por ter finalmente conquistado sua liberdade. Em nossa sociedade de hoje, os pais tendem a se agarrar desesperadamente ao que resta de uma *potestas patris familias* agora tristemente antiquada. (Freud, 1900/1980, p. 284).

Desse ponto em diante, para Freud, a ambivalência da criança em relação ao pai passa a ser considerada como um dos elementos centrais do complexo de Édipo: complexo inconsciente que, segundo ele, tem um papel preponderante na marcha civilizatória. Observa-se nessa passagem do livro dos sonhos que Freud já chama atenção para a ameaça da perda da autoridade paterna na modernidade vienense, fato esse que escutava dos sujeitos em análise. (Bar, Gomes, Kupferberg, Margarida, & Senna, 2010 , pp. 91-96).

Assim, é possível afirmar que, desde os seus primórdios, a psicanálise propõe, a partir de elementos presentes na Outra cena, o inconsciente, uma cena trágica na qual a autoridade do pai já se apresentava em declínio. Declínio que teve como contrapartida, de acordo com o diagnóstico de Lacan, a emergência das neuroses obsessiva, histérica, etc., e a descoberta freudiana do Édipo em função da contração da família ocidental e da degradação sócio-clínica do pai de família. (Zafropoulos, 2006, p. 14)

Depois de um longo percurso, impossível de pormenorizar no presente artigo, o complexo de Édipo ganha na teoria o estatuto de ponto de emergência do sujeito do desejo e de sua futura posição em relação à alteridade. Assim, o mito grego que encena os dois crimes máximos contra a civilização, incesto e parricídio, além de significar a expressão mais próxima das fantasias incestuosas e parricidas que Freud reconheceu em si mesmo e nos pacientes da *Viena fin-de-siècle*, torna-se um exemplo conclusivo sobre a irredutível presença do pai na constituição do sujeito.

Metáfora paterna é a expressão com a qual Jacques Lacan, em seu tempo, formalizará o complexo de Édipo freudiano designando-o como a operação que substitui a dimensão do desejo (materno) pela dimensão da lei (paterna). A metáfora paterna, operação em que o Nome-do-Pai substitui o Desejo da mãe, instaura a possibilidade de significação e, igualmente, constitui na linguagem toda e qualquer significação como parcial. O operador teórico Nome-do-Pai, designa a inscrição simbólica estruturante do sujeito. O nó eixo que ordena seu discurso e proporciona o enquadre para que ele possa enfrentar o real, segundo a leitura de Milene Silva e Altoé (2018). As autoras defendem a tese de que Lacan ao definir a função nomeante do pai - enodar os registros do real, simbólico e

imaginário na estruturação de um furo - possibilita a apreensão do Nome-do-Pai como o nó que estrutura o sujeito. A invenção desse conceito permite discernir a função paterna e diferenciá-la do papel social do pai, mesmo que possamos relacioná-los. Discernimento necessário para que o sintoma e a estrutura do sujeito não sejam confundidos pelos psicanalistas embora seja possível relacioná-los.

Chegamos a terceira dimensão do laço social. Vamos situá-la em *Totem e Tabu* (Freud, 1913[1912-13]/2015), livro cuja escrita convida o leitor a percorrer o caminho pelo qual Freud cria, a partir do complexo de Édipo e de um estudo interdisciplinar com autores de outras áreas de conhecimento, um dos mitos da psicanálise, o mito do assassinato do pai. Assim, passaremos da família da cena inconsciente, povoada por personagens que agem como heróis trágicos (Roudinesco, 2006), à cena que descortina a estrutura do coletivo.

Composto de quatro artigos, o livro apresenta nos três primeiros um estudo envolvendo as raízes do totemismo, o horror ao incesto entre os membros de um mesmo totem e as relações de amor e ódio com a lei que os subjugam à exogamia. No presente trabalho, daremos destaque ao quarto ensaio. Nele Freud levanta a questão sobre a função do pai dentro do totemismo, na tentativa de extrair elementos para sedimentar a construção de seu mito sobre a origem da linguagem, da cultura e organizações sociais, que mais tarde designará, em *Psicologia das Massas e análise do eu* (Freud, 1921/2016), como mito científico.

Como sabemos, Freud cria a hipótese de que, num passado longínquo, os homens pré-históricos viviam em hordas sob o jugo de um pai tirano e cruel, o pai da horda, que era a um só tempo venerado e odiado pelos filhos. Pelo uso da força, expulsou os filhos de seu habitat, tomando para si a posse absoluta de todas as mulheres. Afetados pelo ódio, estes se rebelam contra seu excesso, retornam à horda primitiva e, num ato de violência coletiva matam aquele chefe selvagem. Em seguida, devoram o cadáver numa tentativa de incorporação da potência do objeto que haviam assassinado. Assim, ao lado de tão intenso ódio, nasceu o amor por aquele que, certamente, em se tratando do mais forte do bando, poderia proteger a todos. Esta ambivalência de sentimentos acabou gerando intensos remorsos, um sentimento de culpa avassalador nos filhos assassinos que, negando o parricídio - pela operação do recalque (o que deve permanecer esquecido) -, dão partida à uma nova ordem social na qual é terminantemente proibido a qualquer um dos filhos ocupar o lugar do pai da pré-história. Aquele que porventura ousasse transgredir esta lei era imediatamente morto. A complexidade desse lugar vacante em torno do qual foi estruturada a fratria mítica, o laço social construído para impedir o retorno do estado de isolamento, submissão e despotismo em que viviam na horda, traduz a importância da alteridade como condição da cultura.

No que diz respeito às teses básicas de *Totem e Tabu*, Lacan observa que para que haja alguma coisa que faça com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. “As duas coisas estão estreitamente ligadas – o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-Pai” (LACAN, 1957-1958/1999, p.152)¹. Ao longo do *Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1957-1958/1999) observa que falar de Édipo em psicanálise significa introduzir a função do pai como essencial. E esta função se torna essencial porque o pai intervém em diversos planos (Nomes-do-pai), e um deles, como dito acima, é a interdição da mãe à criança. Esse é o fundamento, o princípio do complexo de Édipo, pelo qual o pai em psicanálise se liga à lei primordial da proibição do incesto e institui a resposta singular à questão estrutural e insuportável para o sujeito: a do Outro como faltoso.

O mito do assassinato tornou-se uma ferramenta potente em outros campos do saber, principalmente no da filosofia política. Claude Lefort (1924-2010) influenciado pela leitura de Lacan sobre a importância do lugar do vazio no

mito de *Totem e Tabu*, descreve a democracia como o sistema que nenhum agente empírico pode se encaixar no lugar vazio do poder. Em *Pensando o político: uma análise sobre democracia, revolução e liberdade*, de 1986, Lefort aborda temas como democracia, revolução, totalitarismo e liberdade. Integrando filosofia, política e história, em busca de sinais de repetição e da dimensão simbólica do social, para compreender a complexidade dos fenômenos analisados e dos novos fatos históricos que modificam a experiência e o pensamento dos homens, seu objeto de estudo é o político enquanto símbolo do social, o que dá forma à sociedade ou ao regime. O filósofo considera que o simbólico origina a construção do político pelo social. Uma questão que o leva a criticar o marxismo por não acreditar na existência de modelos teóricos prontos que se adequem a realidade e a história. O real vivido possui um sentido próprio, cuja dinâmica se mostra como uma obra aberta que necessita de uma construção constante. (LEFORT, 1986). *Totem e Tabu*, que segundo Lacan seria, a rigor, o único mito da modernidade, é considerado por Lefort como a narrativa do momento em que se instaurou uma nova ordem social, originando um lugar simbólico no qual o poder emana do povo, apontando para um vazio antes ocupado pelo UM, do qual desponta o direito e a lei, e que legitima a opinião da sociedade. O trabalho do filósofo nos convida a pensar o vazio instituído pelo assassinato do pai articulado com a democracia, o regime político que aceita a lacuna entre o simbólico (o lugar vazio do poder) e o real (o agente que ocupa esse lugar) e sublinha, em base à letra de Freud, que nenhum agente empírico se encaixa naturalmente no lugar vazio do poder (Castilho, 2019, pp. 147-148).

É preciso considerar que a psicanálise na contemporaneidade é retomada positivamente pelo discurso filosófico para pensar o campo da política (Birman, 2018, p. 21-50) bem como por antropólogos e cientistas sociais que se indagam sobre a dissolução dos laços sociais. O mito de Totem e Tabu se tornou indispensável aos estudos interdisciplinares em torno de questões sociopolíticas envolvendo violência e crueldade excessivas do poder sobre o sujeito e a comunidade. Segundo Freud (1933/1980), a origem da lei se impõe pela força, a força física, o que significa que o poder vem do desenvolvimento e do deslocamento da força corporal. Paradoxalmente, a morte do pai é o que edifica a interdição do gozo sob a forma de lei. Isso significa que o ato parricida, ato mítico, instaura um furo: o gozo pleno não é possível ao homem, sob pena do pai da horda se rerepresentar na cultura numa tentativa de dissolver o contrato social, a proibição do incesto e do assassinato, que rege os laços sociais. Nesse sentido, o mito do assassinato é fundamental para pensarmos o mal-estar que persiste na civilização através dos séculos, como aquilo que, do gozo primitivo experimentado miticamente pelo sujeito, é intratável socialmente.

DA BARBÁRIE

Voltando a Freud. Dois anos depois de publicar o mito do assassinato do Pai, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e acometido por um forte sentimento de perplexidade e desilusão diante da desrazão que aflorava no coração da civilização europeia, Freud indagava-se atônito: por que todas as conquistas intelectuais e científicas da cultura moderna não foram suficientes para diminuir a violência e a destruição entre os homens? Com um tom de profunda descrença no poder de liderança das nações mais avançadas técnica e cientificamente, e profundamente decepcionado com intelectuais e cientistas que demonstravam uma clara afinidade para com o infernal, transpõe para o papel, sob o título *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (Freud, 1915/1980), suas primeiras elaborações sobre a violência e a categoria do Mal na ordem dos fenômenos coletivos. Em seguida, articulou esses dois eixos temáticos à atitude do sujeito do inconsciente para com a morte, criando, assim, condições para pensá-los,

exclusivamente, a partir do que observava como analista.

O objetivo não era o de explicar a guerra a partir da psicanálise, mas, ao revés, tomar a destruição e a violência como realidades do psiquismo, e disso retirar consequências teóricas. A lógica de sua argumentação - baseada na experiência clínica que lhe abriu as veredas do inconsciente e que fez da pulsão o limite de sua disciplina - foi precisa: se no homem amor e ódio intensos convivem conflitantes (ambivalência de sentimentos) e as pulsões são aquilo que são - nem boas nem más, dependendo do destino que seguem na história do sujeito e da civilização -, então a guerra, a destruição e a desumanização dos laços sociais não são apenas momentos efêmeros, fadados à superação no futuro. Muito ao contrário, são acontecimentos inexoráveis que incorporam um elemento radicalmente social e histórico.

Moral da história: impossível erradicar o mal. Mesmo porque alguns impulsos considerados como maus são de natureza primitiva. Por exemplo: não existe sujeito sem uma boa dose de agressividade e crueldade. O que é diferente das manifestações que ocorrem no registro da agressividade não erotizada, tais como o assassinato e o extermínio. A insistência de Freud em considerar - a partir da construção do mito de *Totem e tabu* - que o direito e a lei são originários e se mantêm pelas transformações da violência, condensa, de forma precisa, o duplo sentido deste termo em sua obra. Além de designar a força que sustenta os processos simbólicos e as relações entre os homens, indica, também, a presença bruta do elemento mais arcaico desta força nas operações destrutivas e outras assemelhadas que, sistematicamente, inundam de sangue e dor a civilização e destroem seus bens culturais.

Convém lembrar as reflexões freudianas no texto que estamos examinando sobre o lugar da guerra através dos tempos, pois mostram que o sujeito moderno e o selvagem das cavernas podem ser igualmente bárbaros, cruéis e malignos. Freud descobriu a ideia de superioridade das civilizações mais avançadas sobre as mais primitivas, passando a defender a tese de uma certa unidade da espécie recolocando, assim, a relação entre barbárie e civilização fora da lógica de mútua exclusão na qual os dois conceitos foram forçados.

A díade civilização e barbárie remonta à antiguidade. Tempo em que o estrangeiro era designado pelo adjetivo bárbaro, palavra originária do grego (*βάρβαρος*) que significa inculto, não civilizado. Estranho à língua e aos costumes gregos, o estrangeiro (*Knésos*) era tido como não-civilizado, um bárbaro. A palavra foi ganhando um significado cultural e passou a ser aplicada a todos os povos que viviam fora do espaço da dominação das Cidades-Estados gregas, falassem eles ou não a língua grega. O termo foi sofrendo transformações ao longo dos tempos. Do bárbaro considerado pelos romanos como aquele que ultrapassa os limites políticos, jurídicos e morais, incluindo o uso de línguas e a prática de hábitos diferentes dos que eram aprovados pelo império, ao bárbaro utilizado para identificar ações e reações que se opunham aos princípios que regem a convivência pacífica entre os povos. Apontando para a crueldade das relações humanas, a noção de barbárie foi tomando uma oposição diametralmente oposta à de civilização.

Na modernidade a oposição entre civilização e barbárie foi se tornando mais profunda ainda. Principalmente quando das incursões europeias em territórios recém conquistados como as Américas, momento em que os povos primitivos foram considerados bárbaros. Todos os costumes estrangeiros à tradição europeia passaram a ser subsumidas ao registro da barbárie. (Rabinovich, 2015, p. 12). Com isso a noção de civilização passa ser definida como uma grande virtude do processo de humanização, principalmente quando do advento do pensamento iluminista que tinha como norte o sonho de ser “possível debelar os pavores provocados pelos monstros pelo uso reto da razão” (Birman, 2003, p. 11).

Como foi dito acima, a psicanálise rompeu com a ideia de que o homem alcançaria desenvolver um determinado potencial civilizador e subjugar a barbárie, isto é, neutralizá-la. Em função dessa percepção, somada ao que ouvia na clínica em relação à resistência ao processo analítico, Freud elaborou o conceito que batizou com três nomes - pulsão de morte, pulsão agressiva e pulsão de destruição. Passou a perscrutar "a inclinação inata do ser humano ao 'mal', à agressão, à destruição e, com elas, também à crueldade" (Freud, 1930/2016, p.116). O que nos disse ele sobre esta pulsão? Que ela trabalha diabolicamente em silêncio, em nosso interior, buscando o retorno ao estado inanimado. Fusionada à pulsão de vida, dissolve organizações e transgride os ditos para dar lugar às novas e ruidosas manifestações das pulsões sexuais (substrato principal das pulsões de vida). Há, portanto, uma positividade indiscutível no trabalho da pulsão de morte. Eis o motivo pelo qual o conflito entre Eros e Tanatos é imprescindível à civilização.

Uma fusão antinômica. Caso desfeita, a pulsão de morte se configurará como destruição em estado puro - agressividade não erotizada - cuja força assassina ficará a serviço da lógica do aniquilamento do outro, base de qualquer guerra. O mito da pulsão de destruição - o que dissolve e destrói, ruidosamente, tudo o que a vida constrói - contém o horror que, em suas múltiplas transfigurações, revela sobre o caráter inexpugnável da Guerra no reino dos animais pensantes. Isto é o que encontramos enunciado em *Mal-estar na cultura*, quando Freud (1930/2016) questiona a vocação da humanidade em "satisfazer no outro a agressão, explorar sua força de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, tirar-lhe a posse de seu patrimônio, humilhá-lo, infligir-lhe dores, martirizá-lo e assassiná-lo" (Freud, 1930/2016, p.108). Portanto, a exploração econômica, a instrumentalidade moderna do Estado sobre o corpo, segundo suas próprias necessidades e circunstâncias, o racismo, a humilhação do outro, são figuras da crueldade e da violência inerradicáveis da espécie.

Antes mesmo de ter introduzido o conceito de pulsão de morte no coração de sua teoria, Freud, acusou o pior: o conflito de 1914 entre os Estados modernos, não era apenas tão cruel e implacável quanto os que o precederam, mas o mais destrutivo. Os desenvolvimentos técnico-científicos geram os meios de destruição mais devastadores de todos os períodos históricos. Um primeiro paradoxo: *o perigo mora ao lado do progresso*. Ciência e tecnologia protegem o homem das forças da natureza, trazem bem-estar e mudanças consideráveis à civilização, mas, por outro lado, concedem poderes desmesurados ao "homem-lobo", essa espécie de "deus de prótese" (Freud, 1930/2016, p.111) que sacia o desejo de morte mergulhando na barbárie.

A crítica freudiana à utilização perversa das conquistas científicas pelo Estado, que inclui em seus cálculos de poder a crueldade arbitrária - promover ações violentas que sob sua vigência não se configuram como tais -, mostrou-se premonitória diante dos acontecimentos em Auschwitz e Hiroshima. O campo de extermínio introduziu na cultura a prática da morte planejada em conluio com a civilização técnico-científica. A bomba atômica que caiu sobre o solo japonês mostrou, de vez, que as forças que aparentemente representavam a modernidade, na verdade, eram igualmente arcaicas e bárbaras.

Essa temática nos levou ao filósofo e sociólogo Theodor Adorno (1903-1969), um dos fundadores da Escola de Frankfurt, cuja origem é atravessada pelo clima de mobilização da esquerda tradicional que emergiu na Europa entre guerras. Com várias formações, seus pensadores tinham como principais pressupostos a crítica ao racionalismo enquanto ideologia da humanidade e a crítica aos sistemas que reproduzem essa ideologia e controla a sociedade. Compreendem a formação cultural como causadora de um afastamento entre o homem e a natureza, implicando numa separação de mundo que opõe homens cultos e não cultos. É este pensamento dicotômico que vimos

analisando ao longo do nosso estudo sobre civilização e barbárie e com o qual concordamos. Ressaltamos que estes conceitos caminham lado-a-lado, se complementando, de modo que um não existe sem o outro. Adorno (1965/1995) reconhece a presença da barbárie na modernidade, ponderando que o holocausto teve como condição a racionalidade técnica e a colaboração dos cientistas que se aliaram ao projeto de extermínio do outro, incorporando a reflexão sobre Auschwitz em sua obra. Para esse filósofo o campo de extermínio é o ponto de chegada da razão, ou melhor, da civilização ocidental.

Numa palestra proferida na rádio de Hessen em 18 de abril de 1965, e transformada em publicação dois anos depois, em 1967, sob o título *Educação após Auschwitz*, empreende uma forma de alerta. Investiga as possíveis relações existentes entre esse pérfido evento, a educação e a formação do indivíduo, considerando a possibilidade de um episódio como o de Auschwitz vir a acontecer novamente a qualquer momento, em qualquer lugar do mundo. Numa alusão aos estudos de Freud relacionados à cultura e à sociologia, destaca sua tese de que a barbárie se encontra no próprio princípio civilizatório.

Milhões de pessoas inocentes - e só o simples fato de citar números já é humanamente indigno, quanto mais discutir quantidades que foram assassinadas de uma maneira planejada. Isto não pode ser minimizado por nenhuma pessoa viva como sendo um fenômeno superficial, como sendo uma aberração no curso da história, que não importa, em face da tendência dominante do progresso, do esclarecimento, do humanismo supostamente crescente. O simples fato de ter ocorrido já constitui por si só expressão de uma tendência social imperativa. (Adorno, 1967[1965]/1995, p.105).

Adorno (1967[1965]/1995) passou a considerar ser necessário reconhecer os mecanismos que capacitam as pessoas a cometer atos violentos, sendo imprescindível o trabalho de revelar tais mecanismos, pois a conscientização impediria que os repetissem. Nesse sentido, para a Filosofia, a educação seria uma autorreflexão crítica. Tomando como referência que, “conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância” (Adorno, 1967[1965]/1995, pp.106-107). Considerando que a violência causada pelo aumento do mal-estar na civilização não a atinge em sua totalidade, mas os considerados socialmente mais fracos e felizes é que se tornam alvo de perseguição, Adorno coloca a educação como uma forma de prevenção a barbárie. Em suas palavras:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes. (ADORNO, 1967[1965]/1995, p.108).

O processo de esclarecimento é compreendido por Adorno (1967[1965]/1995) como parte do processo educacional da população, para o qual seria criado um clima cultural e social que não permitisse a repetição da barbárie, deixando claro que o retorno ao fascismo é uma questão social. Para explicar os compromissos que as pessoas assumem, submetendo-se a normas e compromissos de obediência que cega a autoridade e gera condições favoráveis à barbárie, o autor considera que o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação.

Do ponto de vista da psicanálise, a ilusão de Adorno teria sido a de acreditar que a educação, por si só, pode eliminar a violência assassina e a crueldade originária. Principalmente se tomarmos como parâmetro o momento

histórico atual descrito no início desse artigo, a crise dos refugiados, no qual se constata o incremento da barbárie que encontrou no nazi-fascismo um terreno fértil de se propagar: a exclusão do outro em nome da identidade nacional.

Pensamos que com essas indicações podemos retornar à questão sempre atual para a psicanálise: o Pai. O caminho escolhido não poderia ser outro que não o texto freudiano premonitório do que estava por vir em decorrência da ascensão do III Reich, a partir da década de 20: *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/2016). Retomando as teses básicas do Projeto, Freud propõe que, assim como o Eu, a massa tem dois objetivos: controlar as excitações externas dominando as forças da natureza, e regular as tensões internas dos seus membros. A tese de Freud é a de que para enfrentar o mal-estar inerente às civilizações, os indivíduos de uma massa precisam aprender a estar juntos separadamente. No entanto, isso não seria o bastante para regular a tensão interna à sociedade humana, os conflitos entre o amor e o ódio, as parcelas inconquistáveis de barbárie e as polarizações entre as instâncias psíquicas (*Eu, Isso, Supereu*). O grupo necessita produzir um outro modo de forjar sua própria identidade e, assim, eliminar diferenças internas e perpetuar sua dominação real sobre a malvada alteridade.

Para tanto é preciso que a identidade entre os que se pensam iguais só se desenvolve, ganha e mantém o poder, a partir do momento em que um só e mesmo objeto – o líder – é colocado no lugar do vazio constitutivo da cultura. Sob seu comando e em nome do amor à unidade, ficam abolidas as vontades individuais e a liberdade de cada um. Entretanto, essa operação só obterá pleno êxito se for possível apagar a ambivalência amor-ódio no interior do grupo. Na psicologia das massas, o ódio, sempre mais antigo que o amor, encontra um escoadouro adequado: dirigi-lo contra o estrangeiro cuja existência e permanente exclusão obtém, como contrapartida, a coesão comunitária. A palavra de ordem é reprimir a hostilidade e o ódio contra o idêntico a quem se ama para dirigi-los ao outro, a malvada alteridade. Unida pela imagem de idênticos ocupados em reenviar o ódio contra o “de fora”, o outro, a massa consolida as bases políticas. (Fuks, 2004). Esse fenômeno grupal conhecido como *narcisismo das pequenas diferenças* estrutura os grupos e as massas e, quando levado ao paroxismo desemboca na segregação e no racismo.

Ao retomar o conceito de *narcisismo das pequenas diferenças* para pensar na estrutura da massa e a falta de reconhecimento do Outro, Freud, em plena ascensão do nazismo, percebe a barbárie que estava por acontecer: a instalação de um sistema perverso de obediência exclusiva e religiosa à uma única verdade. Hoje, pode-se considerar que o cenário descrito em *Psicologia das massas* foi premonitório.

Ao ocupar o lugar vazio deixado pelo pai morto, o líder, antes de ter o mesmo destino do pai da horda - a morte - desfruta do gozo ilimitado. Nesse tipo de apresentação já milenar, aquilo que se encontra em questão não é um pai morto que funda a origem da função paterna no assassinato do pai, mas a apresentação do pai tirânico e onipotente anterior à fundação da cultura. É esse o mecanismo que faz com que, na massa liderada pelo líder nacionalista, os indivíduos tornem-se igualmente “deuses”, senhores da vida e da morte.

Jacques Lacan, que tinha como fundo contemporâneo a tragédia do Holocausto, seguiu os passos de Freud: circunscrevendo, em sua *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (Lacan, 1967/2003), o real em jogo na constituição dos campos de concentração e de extermínio, mostrou que “aquilo que a humanidade viu deles emergir, representa a reação de precursores com relação ao que irá se desenvolver no remanejamento dos grupos sociais pela ciência, em sua tentativa de universalização e normalização da sociedade” (Lacan, 1967/2003, p. 29). Lacan anunciava, assim, um aumento exponencial do racismo e da segregação proporcional ao desenvolvimento científico.

Frente a realidade da xenofobia na contemporaneidade, a pergunta que surge, segundo a psicanalista Cinzia Crosali (2017) é: como um processo de universalização produz segregação? E ela mesma responde apontando para os efeitos da administração dos mercados comum e os meios de consumo ditados pelas ciências econômicas que prescrevem e controlam os métodos de fruição da economia. “Nenhuma exceção é tolerada, tudo é planejado e controlado cientificamente: a produção de bens e objetos, bem como a necessidade dos consumidores” (Crosali, 2017, para.5). O próprio mercado forja e segrega o Outro, da mesma forma que a ideologia nazista se encarregou de segregar os judeus, os homossexuais, os ciganos e outros, até a chegada da Solução Final.

Para a autora o capitalismo neoliberal radicaliza a dissolução dos laços sociais e, com isso, promove traumas e fragmentações psíquicas irreparáveis. Assim, assistimos impotentes cenas obscenas em que refugiados são remanejados para novos campos de concentração, os centros de recepção e identificação de migrantes. Nos Estados Unidos os migrantes ilegais, mexicanos em sua maioria, são igualmente dirigidos para locais cercados por telas de arame farpados, como eram os campos de segregação durante a Segunda Guerra. E a prática de separar as crianças de seus pais, bastante comum durante o nazismo, retorna no país considerado o mais rico e civilizado do planeta, Estados Unidos, como tentativa de diminuir a imigração ilegal. Somos então obrigados a reconhecer que o pai da horda anterior a cultura, cujo cadáver reapareceu durante o nazismo, retorna em nossa pós-modernidade na figura do mercado, rompendo, ainda que pontual e temporária, em alguns países, os laços sociais que sustentam o processo civilizatório.

Como colocou muito bem Gerard Rabinovitch a partir da leitura de Zigmund Bauman, “nenhuma das condições sociais e culturais que tornaram Auschwitz possível desapareceu verdadeiramente” (Rabinovitch, 2005, p.13). Isso nos traz de volta à atual crise dos refugiados e migrantes ilegais, questão que nos remete diretamente aos fundamentos da cultura e aos sinais da barbárie que reinou antes e durante a Segunda Guerra. Sinais que levaram Freud a escrever sua derradeira narrativa mítica: *O homem Moisés e o monoteísmo*, obra metapsicológica com a qual procurará responder sobre o enigma da transmissão da lei fundada na morte do pai da horda. Tendo como pano de fundo a violência e crueldade nazista que se instalara na Europa, empreende uma reflexão acurada sobre a impossibilidade de reconhecimento da alteridade que testemunhava.

Estamos vivendo tempos particularmente curiosos. Descobrimos, surpresos, que o progresso selou um pacto com a Barbárie”. Na Rússia soviética empreenderam elevar a melhores formas de vida cerca de cem milhões de pessoas mantidas na sujeição. Foram ousados o bastante para privá-las do “ópio” da religião e sábios a ponto de lhes conceder um grau razoável de liberdade sexual, mas, ao mesmo tempo, as submeteram à mais cruel coação e as despojaram de qualquer possibilidade de pensar livremente. Com violência semelhante, o povo italiano é educado para a ordem e para o sentimento de dever. Sentimos como o alívio de uma preocupação opressora quando, no caso do povo alemão, vemos que a recaída na barbárie quase pré-histórica também pode acontecer sem o apoio em qualquer ideia progressista”. (Freud, 1939/2014, p.89).

Nesse fragmento da Nota Preliminar de *O homem Moisés* escrito pelo autor antes de sua saída de Viena na fuga do nazismo, encontramos um testemunho dos sinais inerentes à barbárie, a *in-diferença* e crueldade dirigida aos outros, objeto estrangeiro a ser eliminado. Não seria o caso de parodiar Freud, nesse momento em que estamos testemunhando um sintoma social? Sintoma que descortina o real do rompimento dos laços sociais impondo à uma massa de sujeitos famintos e desesperados apenas sofrimento e dor. O desmentido que se opera em relação às

regras de civilidade dos países mais abastados e civilizados da Europa e da América do Norte em relação ao outro estrangeiro, não deixa de ser, como diria Freud, “uma recaída na barbárie quase pré-histórica”, tempo dominado pelo pai “ilimitado”. Somos obrigados, assim, a reconhecer a existência inequívoca, na atualidade, de um “novo-antigo” pacto da cultura ocidental com a barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pai em psicanálise é uma ferramenta precisa para se pensar os registros da barbárie e da civilização, sem que com isso signifique levar a interpretação freudiana para fora do campo da experiência psicanalítica, na medida em que a questão o que é um pai fundamenta e reatualiza a metapsicologia. Como sustentamos acima, é essencial considerar que no crime contra o pai reside as principais estruturas da sociedade e, enquanto tal, o assassinato do pai da horda se encontra diretamente ligado a um dos principais conceitos psicanalíticos, o recalque. A noção de Pai em psicanálise torna-se assim, uma ferramenta metapsicológica fundamental.

Lacan, em seu retorno a Freud, aportou à teoria psicanalítica diferentes modificações à esta noção, cujo lugar, organizado simbolicamente e destituído de quaisquer atributos naturais, passa a ser referenciado à autoridade simbólica que, por sua vez, cumpre a função de inscrever um valor simbólico que inaugura uma regra, uma lei, que serve como obrigação. Contudo, na medida em que não há um fundamento externo que a justifique, a lei retira força dela própria para exercer sua autoridade. Neste sentido, é por exclusão de toda possibilidade física ou coercitiva que a lei se constitui. A autoridade é dada por um valor simbólico, ou seja o pai simbólico é o pai morto, aquele que ocupa o lugar de exceção, o lugar de estrangeiro. É ele, o pai morto, que institui o vazio em torno do qual gira o sistema democrático, sistema aberto a emergência de conflitos, oposições que impedem o advento do totalitarismo, e o que esse sistema carrega: intolerância, segregação e extermínio.

Ao final desse trajeto concluímos que se a clínica alcança mostrar aos analistas que um mundo sem pai é “muito favorável à eclosão das psicoses e que aí encontramos a maioria dos casos de delírio a dois” (Lacan, 2003, p. 51), o sintoma social da segregação e intolerância ao outro acusa ausência do Nome-do-pai. O que dá no mesmo, o sintoma social revela a falta do significante que impede o incesto entre aqueles que comungam a mesma identidade e interdita o assassinato da Alteridade. Nesse sentido, o pai em psicanálise desempenha tanto a função de estruturação psíquica do sujeito no seu processo de desenvolvimento, quanto se configura como a base dos laços sociais.

Por fim, para concluir, vale lembrar que de Freud a Lacan, o pai ocupa uma função capital no discurso psicanalítico, função que permanece viva atualmente apesar da presença maciça de um processo de “desinstitucionalização”, do qual decorre a dissolução progressiva de seu papel tradicional de autoridade. Mesmo assim, a função paterna continua sendo imprescindível na organização mental dos homens e da cultura.

Referências

Adorno, T. W. (1967[1965]/1995). *A educação após Auschwitz*. In Adorno, T. W. (1967/1995). *Palavras e sinais. Modelos críticos* 2. pp.104-123. Petrópolis: Vozes.

_____. (1967/1995). *Palavras e sinais. Modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes.

Bar, C., Gomes, M. C., Kupferberg, M., Margarida, G., & Senna, A. (2010). *O pai na psicanálise*. In *Primórdios: Psicanálise aplicada diferentes formas de cuidar*. v.1, n.1, p.91-116. Rio de Janeiro: Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Birman, J. (2003). *Dos monstros aos bárbaros: Uma genealogia da modernidade*. In Menegat, M. *Depois do fim do mundo: A crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (2018). *Psicanálise e filosofia política na contemporaneidade: Sobre as categorias de povo, de populismo e de identidade na atualidade*. In Birman, J. & Hoffmann, C. *Psicanálise e política: Uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto da Linguagem.

Castilho, P. (2019). *O sintoma social na psicanálise: Da democracia à anomia*. In *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*. vol.22 n° 2 May/Aug. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4414201900201301>

Crosali, C. (2017). *Migrants: Une ségrégation moderne*. In: Lacan Quotidien. n° 735 - Lundi 10 juillet. Disponível em: <http://www.lacanquotidien.fr/blog/wp-content/uploads/2017/07/LQ-735-1.pdf>

Freud, S. (1896/1986). *Carta 50 de 2 de novembro de 1896*. In Masson, J. M. (1986). *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1897a/1986). *Carta a Fliess de 31 de maio de 1897*. In Masson, J. M. (1986). *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1897b/1986). *Carta 71 de 15 de outubro de 1897*. In Masson, J. M. (1986). *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1900/1980). *A interpretação dos sonhos*. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago. Vol.4 e 5.

_____. (1913[1912-13]/2015). *Totem e tabu: Algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*. Porto Alegre: L&PM.

_____. (1915a/1980). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago. Vol.14.

_____. (1921/2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM.

_____. (1930[1929]/2016). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.

_____. (1933[1932]/1980). Por que a guerra? In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago. Vol.22.

_____. (1939[1934-38]/2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta*. Porto Alegre: L&PM.

_____. (1950[1895]/1991). *Projeto para uma psicologia científica*. In Freud, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago. Vol.1.

Fuks, B. B. (2004). *Da guerra e do pacifismo: Temas da atualidade*. In *Pulsional Revista de Psicanálise*. v.180, pp.20-29. São Paulo.

Lacan, J. (1957-1958/1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

_____. (1967/2003). *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1969/2003). *Os complexos familiares na formação do indivíduo*. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lefort, C. (1981/2011). *A Invenção democrática: Os limites da dominação totalitária*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____. (1986/1991). *Pensando o político: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mattéi, J.F. (2002). *Barbárie interior: Ensaio sobre o i-mundo moderno*. São Paulo: Editora UNESP.

Menegat, M. (2003). *Depois do fim do mundo: A crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Milene Silva, M., Altoé, S. (2018). *O pai: Uma questão sempre atual para a psicanálise*. In *Revista Ágora - Estudos em Teoria Psicanalítica*. v. 21 n. 3 set/dez pp.333-342.

Rabinovich, G. (2005). *Figuras da barbárie*. In *Psicologia em Revista*. v.11 n.17 Belo Horizonte, jun.

Zafiropoulos, M. (2002). *Lacan y las ciencias sociales. La declinacion del padre (1938-1953)*. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. (2006). *Para uma clínica freudiana de la violência*. In Assoum, P. & Zafiropoulos, M. *Lógica del sintoma. Lógica pluridisciplinar*. Buenos Aires: Nueva Visión.

-

Notas

¹ Markos Zafiropoulos defende a tese de que o movimento de retorno a Freud proposto por Lacan foi marcado pelo trabalho de Lévi-Strauss sem que com isso tivesse deixado de ser freudiano. Na tentativa de resolver "problemas cruciais" na clínica do sujeito e ao mesmo tempo, problemas da clínica social estabelece um estudo interdisciplinar entre o campo da antropologia e o campo da psicanálise. Segundo Zafiropolus, Lacan "inventa" o conceito de Nome-do-Pai, ao endossar a teoria estruturalista de excessão, deslocando o estatuto da configuração edipiana para o sistema de parentesco. (Zafiropolus, 2002).

² A invenção da noção de "narcisismo das pequenas diferenças" data de 1918 quando da escrita de "O tabu da virgindade". Freud estabelece um diálogo com o livro de Alfred Ernest Crawley e da ideia defendida por esse antropólogo de que cada indivíduo é marcado por um tabu de isolamento pessoal estabelece uma primeira versão da noção em questão.